

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	10
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	11
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	12
10.5 - Políticas contábeis críticas	13
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	15
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	16
10.8 - Plano de Negócios	17
10.9 - Outros fatores com influência relevante	18

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Risco de Crédito

A Companhia adota estratégias extremamente conservadoras quanto a prática de venda a crédito. Aproximadamente 90% dos recebíveis da Companhia são obtidos através de recursos oriundos do FINAME. Os restantes 10% dos recebíveis compõem-se de consórcios, leasing ou uma pequena parcela de recursos próprios pagos geralmente sob a forma antecipada. Desta forma, procuramos mitigar qualquer problema de recebível de nossos clientes.

Riscos Cambiais

Desde a retomada dos negócios da Companhia em maio de 2007, o volume de exportações tem sido baixo (menos de 5% da receita bruta). Mesmo quando há exportação, procuramos reduzir a exposição ao câmbio através de operação de adiantamento de clientes com a consequente aquisição das respectivas matérias primas para a efetiva produção, tanto, de implementos rodoviários quanto de refrigeração industrial. Desta forma, a exposição a qualquer taxa de câmbio fica fortemente reduzida e permite à Companhia administrar corretamente oscilações de curto prazo nas respectivas operações, isto é, fazemos um hedge “natural”. Neste momento, não possuímos nenhuma exposição cambial.

Riscos de Preços dos Insumos

As principais matérias-primas que a Companhia utiliza são produtos tais como: aço carbono, aço inox, alumínio, químicos, suspensões e pneus que, por sua, vez apresentam uma oferta limitada de fornecedores. Muitos destes fornecedores são grupos econômicos mundialmente reconhecidos o que pode dificultar à obtenção de preços e prazos adequados a geração de atrativas margens para o negócio. A administração da companhia vem trabalhando incessantemente para negociar, estabelecer contratos e garantir fidelidade no abastecimento destas principais matérias-primas. Entretanto, em momentos de fortes oscilações de demandas poderá ocorrer algum tipo de desabastecimento ou forte correção de preços, o que obrigará, na sua contrapartida, o repasse destes custos ao preço final de nossos produtos.

Risco de Taxas de Juros

A Companhia utiliza como estratégia para maximização de seu capital de giro, antecipação de recebíveis de FINAME. Alterações na taxa básica de juros da economia brasileira poderão beneficiar ou prejudicar tais operações.

Risco da Estrutura de Capital

A administração da Companhia vem procurando, desde que assumiu as operações no ano de 2008, dotarmos a empresa de uma nova estrutura de capital que possa adequar um determinado nível de passivo alinhado à respectiva geração anual de caixa. Desde o momento da aquisição da empresa, em abril de 2008, já foi realizado o aporte de R\$ 35,0 milhões em novos recursos além da inclusão da empresa e de suas controladas no Refis IV que permitiu que encerrássemos o ano de 2011 com um passivo oneroso. Aliado a estes fatores, o crescimento das receitas de vendas, faz com que a Companhia aproxime-se de seu ponto operacional de equilíbrio permitindo que o risco de capital seja reduzido.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

- a. riscos para os quais se busca proteção
- b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)
- c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
- d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
- e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
- f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
- g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos



RECRUSUL S/A

Relatório Circunstanciado sobre os
Procedimentos Contábeis e Controles Internos
31 de dezembro de 2016

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Porto Alegre, 28 de março de 2017.

Aos

Administradores e acionistas

RECRUSUL S/A.

Sapucaia do Sul – RS

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Recrusul S.A, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 sobre as quais emitimos nosso Relatório de Auditoria sem modificações em 28 de março de 2017, contendo incerteza relevante relacionada com a sua continuidade operacional.

Como parte de nossos exames, entendemos os procedimentos dos controles internos e procedimentos contábeis com o objetivo de determinar a época e extensão dos nossos exames de auditoria. É de responsabilidade da Administração da Companhia a manutenção de adequados controles internos e procedimentos contábeis, que propiciem segurança razoável, embora não absoluta, do controle dos ativos, do completo e fidedigno registro das transações, da adequada apresentação das posições patrimoniais e financeiras e dos resultados das operações. No entanto, devido às limitações inerentes a qualquer sistema e ao fato de a Companhia estar com suas atividades operacionais interrompidas, haverá sempre a possibilidade de ocorrência de erros e irregularidades que não serão detectados pelos controles internos.

Consoante às normas de auditoria aplicadas no Brasil, atualmente devido a situação financeira e econômica que se encontra a Companhia, existe somente um colaborador na parte operacional, responsável por efetuar pagamentos e recebimentos, a Companhia opera através de planilhas em Excel para controlar os respectivos, portanto o quadro funcional e operacional da Recrusul está muito enxuto devido as operações de Vendas e Compras praticamente não existirem. A expectativa da administração da Companhia, é que ao ocorrer a venda do parque fabril, a Recrusul tenha maior folego operacional para retomar suas. Assim sendo, não foram necessariamente detectados por nós todos os pontos que poderiam advir de um exame feito com a finalidade específica de analisar o sistema de controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Esta carta é emitida para uso exclusivo e restrito da administração da Companhia não devendo ser utilizada ou publicada no todo ou em parte, para nenhum outro propósito sem o nosso consentimento formal.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.
Atenciosamente,

Sérgio Laurimar Fioravanti

Contador – CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

Carlos Alberto Santos

Contador – CRC RS nº 69.366

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recrusul S/A

1. Provisões para contingências

Situação Atual:

A companhia não possui política e/ou procedimento sistematizado de avaliação e controle para a totalidade das provisões necessárias para atendimento aos processos judiciais em aberto em 31 de dezembro de 2016. A provisão para contingência é ajustada somente por ocasião dos trabalhos de circularização efetuados pelos auditores externos.

Impacto:

O não reconhecimento dos ajustes na totalidade das contingências conforme os prognósticos e perdas estimadas por parte dos advogados responsáveis em sua respectiva competência, interfere diretamente na apuração do resultado do exercício, passivo não circulante e patrimônio líquido, e deve ser mantido pela companhia, independente de existência de processo de auditoria.

Recomendações:

Recomendamos implementar controles internos para manutenção e registro temporal dos saldos das provisões para contingências em que a Companhia tenha expectativa de perda provável e que possibilite a correta divulgação das perdas possíveis. Lembramos que contingência é uma condição ou situação cujo o resultado final, favorável ou desfavorável, depende de eventos futuros incertos. Essa definição se restringe às situações existentes à data das demonstrações e informações contábeis, cujo efeito financeiro será determinado por eventos futuros que possam ocorrer ou deixar de ocorrer, o reconhecimento das presentes provisões

Comentários da Administração:

Em virtude da atual situação de parada total de nossas operações não temos expectativas de implementar tal controle. Entretanto, assim que obtivermos êxito na retomada das atividades operacionais da Companhia iremos implementar processo de controle interno e avaliação das contingências e referidos controles.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Programa de Integridade.

Não se aplica.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevante – Riscos de Mercado

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de nossos acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia e as respectivas Notas Explicativas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

As operações do ano de 2014 foram fortemente afetadas pela restrição de capital de giro o que ocasionou dificuldades na comercialização e produção de implementos rodoviários. Portanto, qualquer comparação de desempenho entre 2013 e 2014 fica comprometida. As operações foram interrompidas ao longo do ano de 2014 para ajustar oferta e demanda, visto que durante os últimos meses de 2014 e primeiros meses do ano de 2015 a queda da produção de implementos rodoviários da linha pesada atingiu a marca aproximada de 50%.

Os resultados apresentados no ano de 2014 do ponto de vista não-operacional refletem os ajustes dos passivos tributários federais devido a inclusão no parcelamento do REFIS da Copa. Além disto, aproveitamos para realizar ajustes nas principais contas patrimoniais tais como: clientes, estoques e impostos a recuperar. Encerramos o ano de 2014 com 54 colaboradores.

O objetivo da administração da Companhia no curto prazo é realizar alienação patrimonial para fazer frente ao processo de pagamento de passivos e busca de alternativas para capital de giro. Tudo isto feito dentro do antigo Plano de Recuperação Judicial da Companhia, com o aval judicial. Esperamos regularizar as operações ainda durante o ano de 2015 apesar da enorme dificuldade que a economia brasileira passa neste momento.

Agradecemos a compreensão por parte dos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, instituições financeiras e mercado em geral.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM no. 381 informamos que os auditores independentes da Companhia, não prestaram durante o exercício de 2014 e 2013 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

Sapucaia do Sul – RS, Junho 2015.

Os Administradores



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO****i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Já citadas no item 10.1.h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O lucro bruto atingiu R\$ 4,7 milhões apresentando margem bruta de 24,7% sobre a receita líquida (25,9% em 2012). A ociosidade (Nota Explicativa 20) durante o ano de 2013 atingiu o montante de R\$ 1,8 milhões enquanto que em 2012 havia sido de R\$ 2,8 milhões. O que representa redução de 35,7% na ociosidade operacional. Com uma menor ociosidade acarretando uma melhor utilização dos recursos industriais o resultado em 2013 acabou sendo melhor que o apresentado em 2012 embora ainda, nos dois exercícios, com prejuízos operacionais e líquidos simultaneamente.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não se aplica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Explicado no item 10.2.a.ii.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia está elaborando estudos internos para analisar a viabilidade técnica, econômica e comercial para o retorno de vendas e produção de sua linha de equipamentos de refrigeração e ar-condicionado para ônibus.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras já estão consideradas as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as quais modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O maior efeito contábil com a adoção do Padrão Internacional de Demonstrações Financeiras (IFRS) foi o valor de R\$ 9,1 milhões lançados como Ajuste Avaliação Patrimonial Consolidado nas contas de Patrimônio Líquido. A contrapartida deste valor foi lançado na conta de Imobilizado no ano de 2010.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **Recrusul S/A**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 3.2, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 denominadas de “Controladora” e “Consolidado” foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Recrusul S/A e suas controladas, que tem apresentado prejuízos operacionais e deficiências de capital de giro. A continuidade das operações da Controladora e Controladas dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos e geração de caixa, bem como do sucesso dos planos implementados pela administração em gerar recursos suficientes para o equacionamento do Passivo Exigível e o fiel cumprimento das obrigações assumidas com o parcelamento de tributos e o Plano de Recuperação Judicial ajustado com os credores. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa 15, em 2014, a Companhia optou em incluir parte do passivo tributário no Parcelamento previsto na Lei nº 12.996/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis resumem-se em:

a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e ou despesas correspondentes.

b) Ativos: Circulante e Não Circulante

- Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição (Nota 05).

- Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

c) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida conta de resultado operacional. Os demais investimentos permanentes estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para cobrir eventuais perdas estimadas na realização destes ativos.

d) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou fabricação e reavaliações, menos depreciações acumuladas, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação e reavaliações corrigidos, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

e) Passivos: Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

f) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com a Deliberação CVM 564 (CPC 12).

g) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da empresa, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis.

Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor divergente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Conforme mencionado no parecer dos auditores independentes, os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, os exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não foi relatada nenhuma imperfeição que viesse a comprometer a confiabilidade dos dados financeiros apresentados ao mercado foi identificada e/ou reportada pelos auditores.

A Companhia no exercício social continuou aperfeiçoando seus controles internos via migração e atualização de sistema de gestão. Implantamos novas ferramentas de software de controle de pessoal alinhadas as melhores práticas requeridas pelo Ministério do Trabalho, remodelação, atualização e implantação de melhores controles de compras-almoxarifados-linhas de produção e seus respectivos níveis de estoques quer sejam de abastecimento da fábrica, quer sejam de produção de peças, componentes e produtos finais. Juntamente com estas melhorias, avançamos nos treinamentos dos líderes de cada setor para elevar o nível de acuracidade de todas as informações que circulam internamente na empresa.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

A Companhia na RCA de 27/09/2012 aprovou novo aumento de capital privado no montante de R\$ 12.000.000,08 (doze milhões de reais e oito centavos). O aumento de capital exigiu a alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo valor do capital social. O novo capital social passou de R\$ 59.999.999,92 representado por 104.829.446 ações, sendo 35.127.951 ações ordinárias e 69.701.495 ações preferenciais para R\$ 72.000.000,00 (Setenta e dois milhões de reais) com um total de 233.303.810 (Duzentos e trinta e três milhões trezentos e três mil oitocentos e dez) ações sendo, 78.179.225 (Setenta e oito milhões cento e setenta e nove mil duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias e 155.124.585 (Cento e cinquenta e cinco milhões cento e vinte e quatro mil quinhentas e oitenta e cinco) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. A emissão total chegou ao percentual de 122,555607134% das ações possuídas, isto é, 1,23 nova ação por cada 1 ação detida, independente da classe.

Os principais objetivos da capitalização efetuadas no ano de 2012 foram:

- (i) Amortizar parte dos passivos referente a Recuperação Judicial e ainda novos passivos referentes a instituições financeiras e demais passivos onerosos;
- (ii) Melhorar a estrutura de capital da Companhia;
- (i) Aportar recursos para capital de giro para sustentar as operações no ano de 2012 e viabilizar recursos para alocação em capital de giro para cumprir Acordo Operacional Comercial com a Rede Abradigue na qual houve a assinatura do mesmo no dia 09 de agosto de 2012, conforme divulgado em Fato Relevante;

Com esta nova capitalização, a Companhia continuou promovendo uma melhora na sua estrutura de capital, fortemente alavancada em passivos tributários – notadamente parcelamento de Refis IV. Avançará no projeto de redução de demais passivos onerosos que prejudicam as operações diárias da Companhia, quer seja por despendar um elevado montante em despesas financeiras, quer seja pela baixa capacidade de geração operacional de resultados.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos serão direcionados para:

- (i) Pagamento dos credores com parcelamento referente a Recuperação Judicial;
- (ii) Amortização de passivos com instituições financeiras;
- (iii) Amortização de passivos com fornecedores;
- (iv) Capital de Giro para crescimento da produção.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve distribuição pública de ações, mas sim oferta privada.

c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui processo administrativo contestando autuações da Receita Federal do Brasil sobre IPI em pretensa industrialização de carrocerias frigoríficas e caminhões em nossa controlada Refrisa S/A. Este processo foi considerado como possível, mas não provável de perda pelos nossos advogados tributários e, portanto, não foi contabilizado em nossas demonstrações financeiras. O montante em 31/12/2013 alcançava aproximadamente R\$ 13,5 milhões. Na controladora Recrusul S/A possuímos processo semelhante, mas este em fase judicial, contra a Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$ 8,5 milhões. Neste processo tivemos decisão favorável no segundo semestre de 2009. Sendo assim, nossos consultores tributários acreditam que a possibilidade de perda é possível, mas não provável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Caso a Companhia perca as ações citadas no item 10.8.b, os respectivos valores deverão ser contabilizados em nosso passivo tributário, o que acarretará em nossos demonstrativos de resultados despesas equivalentes ao prejuízo a ser contabilizado com a inclusão destas novas dívidas tributárias.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.